

CONFERÊNCIA

# GESTÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLA E SILVÍCOLA

AS EMPRESAS E OS CONTABILISTAS  
COMO PARCEIROS ESTRATÉGICOS

12 JUNHO SANTARÉM  
AUDITÓRIO CNEMA

**CAP**   
AGRICULTORES DE PORTUGAL



Cofinanciado pela  
União Europeia



# BENEFÍCIOS FISCAIS NA AGRICULTURA E FLORESTA

Cristina Pena Silva



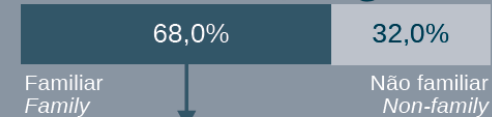


# TEMAS

- ✓ Enquadramento
- ✓ IRS – Rendimentos Agrícolas
- ✓ Incentivos/apoios Fiscais
- ✓ Auxílios de *Minimis*
- ✓ Incentivos à Atividade Silvícola
- ✓ Entidades de Gestão Florestal e Unidades de Gestão Florestal

# NATUREZA JURÍDICA DAS EXPLORAÇÕES

**314 509** (N.º UTA  
No. of AWU)  
Mão-de-obra agrícola em 2019  
Agricultural labour force in 2019



**55 anos / years**  
Idade média em 2019  
Average age in 2019

EXPLORAÇÕES	2019						TOTAL
	Produtor singular		Sociedade		Outras formas		
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
Total	274 248	94,5%	14 604	5,0%	1 377	0,5%	290 229
0 a < 5 ha	208 414	97,8%	4 134	1,9%	451	0,2%	212 999
5 a < 100 ha	62 302	88,8%	7 306	10,4%	552	0,8%	70 160
≥ 100 ha	3 532	50,0%	3 164	44,8%	374	5,3%	7 070
SAU (ha)	2 322 041	58,6%	1 456 715	36,7%	185 188	4,7%	3 963 945
Dimensão média (ha)	8,5		99,7		134,5		13,7
CN - Cabeças Normais	1 069 501	42,7%	1 420 157	56,7%	14 035	0,6%	2 503 693
CN (média)	3,9		97,2		10,2		8,6

TRATADO SOBRE O  
FUNCIONAMENTO DA UNIÃO  
EUROPEIA – ARTIGO 39.º

PRODUTOS  
ABRANGIDOS

Na lista do  
Anexo I - TFUE

Impacto  
Benefícios  
fiscais

## Código Fiscal Investimento - setor agrícola excluído

Regime de  
benefícios  
fiscais  
contratuais  
ao  
investimento  
produtivo

Regime  
Fiscal de  
Apoio ao  
Investimento  
(RFAI)

Regime de  
dedução por  
lucros  
retidos e  
reinvestidos  
(DLRR)  
(Revogado  
OE2023)

Aplicável ao sistema de incentivos fiscais em investigação  
e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II) 2014-2025

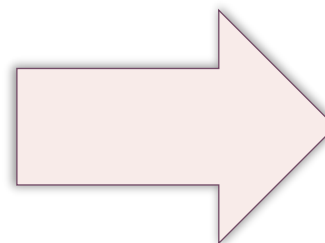


Constituem rendimentos da categoria B

**Artigo 3.º Código IRS**

- o exercício de atividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias,
- e os subsídios ou subvenções relacionados com estas atividades

Também se consideram rendimentos da categoria B, os provenientes da prática de atos isolados referentes às atividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias.



Que não resultem de uma prática previsível ou reiterada.

## INCENTIVO FISCAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

(artigo 269.º Lei OE2024)



### Artigo 3.º n.º 6 Código IRS

Os rendimentos empresariais e profissionais ficam sujeitos a tributação desde o momento em que para efeitos de IVA seja obrigatória a emissão de fatura ou, não sendo obrigatória a sua emissão, desde o momento do pagamento ou colocação à disposição dos respetivos titulares de rendimento.

Sem prejuízo da tributação em IRS nos termos gerais, os sujeitos passivos que recebam subsídios ou subvenções no âmbito da PAC em 2024, referentes ao ano de 2023, podem optar pela respetiva tributação nesse ano.

## IRS/Categoria B – Rendimentos Agrícolas Excluídos da Tributação

**Artigo 3.º n.º 4 Código IRS**

**Até** quatro vezes e meia o valor anual do IAS no total do conjunto dos rendimento de todas as categorias

**Em 2024:  $(€509,26 \times 12 \times 4,5) = €27.500,04$**

**Em 2023:  $(€480,43 \times 12 \times 4,5) = €25.943,22$**

**Embora excluídos de tributação os “agricultores” ficam sujeitos a determinadas obrigações:**

- Declaração de início de atividade
- Declarar o total dos rendimentos, mesmo os não sujeitos na declaração modelo 3 do IRS (anexo B ou C conforme o enquadramento do sujeito passivo).



# INCENTIVO FISCAL À HABITAÇÃO DOS TRABALHADORES

**Aplicação: 1/01/2024 a 31/12/2026**



(artigo 234.º Lei OE2024)

Isenção de IRS e contribuições para a segurança social de rendimentos em espécie que resultem da utilização de casa de habitação permanente localizada no território nacional, fornecida pela entidade patronal.

Aplica-se até ao limite das rendas previstas no Programa de Apoio ao Arrendamento (DL n.º 68/2019, de 22/05).

<https://paa.portaldahabitacao.pt/web/paa/provider-rent-simulator>

Não é aplicável a trabalhadores que detenham uma participação superior ou igual a 10% do capital social ou dos direitos de voto da entidade empregadora.

Para efeitos da determinação do lucro tributável (IRC/IRS com contabilidade organizada) pode ser aplicada uma taxa de depreciação correspondente ao dobro do previsto.

	Ativo fixo tangível	Dec.Reg. n.º25/2009	Benefício Fiscal
		Taxa 2%	Taxa 4%
Edifício habitacional	250.000 €		
Depreciação anual		5.000 €	10.000 €

**Aplicação: 1/01/2022 a 31/12/2024**



(artigo 240.º Lei OE2024)

Podem ser majorados em 40 % os gastos e perdas incorridos ou suportados pelo sujeito passivo referentes à aquisição dos seguintes bens, quando utilizados no âmbito das atividades de produção agrícola:

- a) Adubos, fertilizantes e corretivos orgânicos e minerais;
- b) Farinhas, cereais e sementes, incluindo misturas, resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, e quaisquer outros produtos próprios para alimentação de gado, aves e outros animais, referenciados no Codex Alimentarius, independentemente da raça e funcionalidade em vida, destinados à alimentação humana;
- c) Água para rega;
- d) Garrafas de vidro.

**Aplicação: 1/01/2022 a 31/12/2024**



(artigo 240.º Lei OE2024)



A majoração de 40%, por ultrapassar o limite previsto no artigo 92.º do Código do IRC, que não possa ser usufruída no primeiro período de tributação que se inicie no ano de 2024, pode ser considerada para efeitos de apuramento do lucro tributável até ao décimo período de tributação seguinte.

O benefício fiscal previsto está sujeito às regras de auxílios de minimis.



**Isentos da obrigação de notificação à Comissão – não afetam de forma significativa o comércio e a concorrência entre estados-membros**

## CAE GERAL

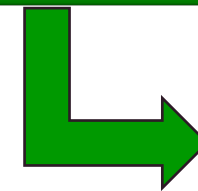
200.000€ (apoios com data decisão até 31/12/2023)/Reg.(UE) 1407/2013 de 18/12			
Ano -2	Ano -1	Ano decisão	

300.000€ (apoios com data decisão desde 1/01/2024)/Reg.(UE) 2023/2831 de 13/12			
dd/mm/2021	dd/mm/2022	dd/mm/2023	dd/mm/2024

## SETOR AGRÍCOLA



20.000€ Reg. (UE)1408/2013 de 18/12		
Ano -2	Ano -1	Ano decisão



**Até 31/12/2027**



## Incentivos Fiscais

Regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola (OE2024 – art.º 240.º)

Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do Interior e às Regiões Autónomas (EBF – art.º 41.º-B)

Taxa de IRC de 17% primeiros 50.000€ matéria coletável – *Small Mid Cap* (CIRC – art.º 87.º, n.º2)

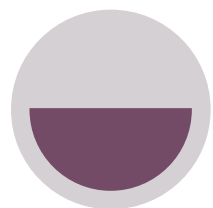
## Apoio subida preços

Portaria n.º 120-B/2023, de 11/05: Medida extraordinária de apoio ao aumento do preço dos combustíveis no sector agrícola e aos custos de eletricidade no setor agrícola

Portaria n.º 376/2023, de 16/11: Medidas extraordinárias de apoio às organizações de produtores e às cooperativas agrícolas e aos pequenos agricultores do continente, destinadas a mitigar o efeito da subida dos preços dos combustíveis e dos custos de produção.

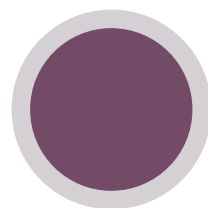
# ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

- **Artigo 59.º-D – Incentivos à Atividade Silvícola e Agrícola**



## Vigência

De  
01/01/2015  
a  
31/12/2023



## OE2024

Vigência até  
31/12/2024

Vigência do artigo 59.º-D é prorrogada até 31/12/2024, tendo em vista a sua revisão no quadro de avaliação de benefícios fiscais a realizar no ano de 2024 (artigo 319.º Lei OE2024).

Benefícios:

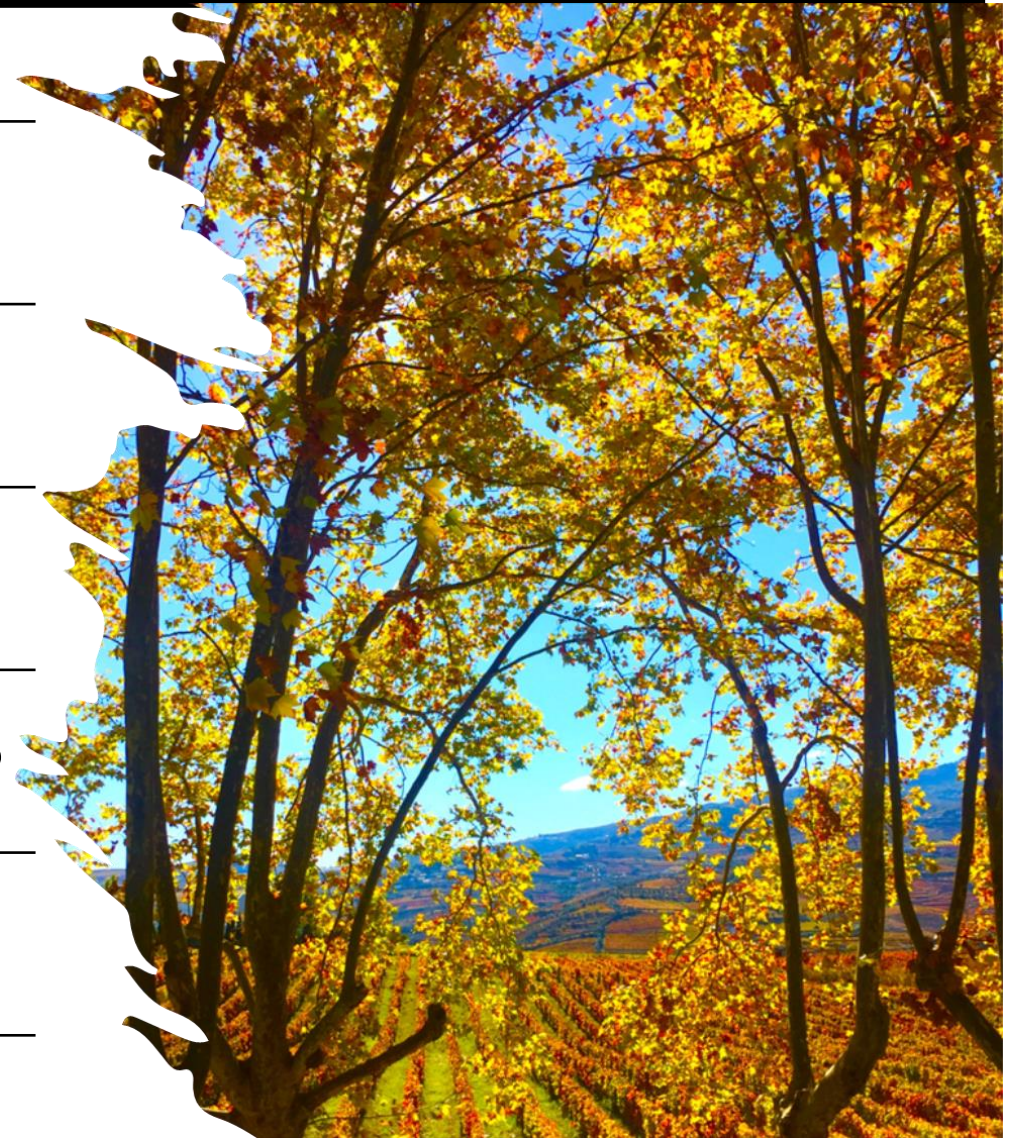
Taxa IRS

IMT e Imposto Selo

IMI

Majoração gastos IRC/IRS

Prémio jovens agricultores



- ***Benefícios a nível da taxa do IRS***

No âmbito da aplicação do regime simplificado, incluindo o ato isolado, para efeitos de determinação da taxa de IRS a aplicar a rendimentos da categoria B decorrentes de explorações silvícolas plurianuais, o respetivo valor é dividido por 12 (*n.º1, alínea a) do art.º 59.º-D – EBF*).

No âmbito da aplicação da contabilidade organizada, incluindo o ato isolado, para efeitos de determinação da taxa de IRS a aplicar a rendimentos da categoria B decorrentes de explorações silvícolas plurianuais, o respetivo valor é dividido pela soma do número de anos ou fração a que respeitem os gastos imputados ao respetivo lucro tributável (*n.º1, alínea b) do art.º 59.º-D – EBF*).



- **Benefícios a nível da taxa do IRS**

## REGIME SIMPLIFICADO

No âmbito da aplicação do regime simplificado, incluindo o ato isolado, para efeitos de determinação da taxa de IRS a aplicar a rendimentos da categoria B decorrentes de explorações silvícolas plurianuais, o respetivo valor é dividido por 12 (*n.º1, alínea a) do art.º 59.º-D – EBF*).

### Exemplo: Categoria B - Regime Simplificado

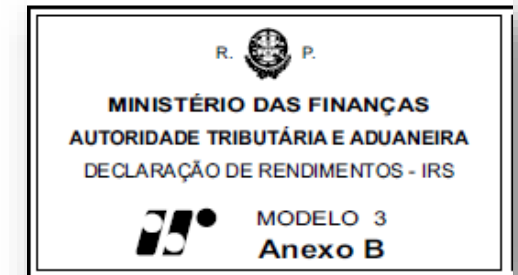
Descrição	Valor recebido em 2024	Rendimento tributável (*)	Taxa média IRS	Valor IRS
Venda cortiça	180 000 €	27 000 €	13,25%	3 578 €
Rendimento tributável/12		2 250 €		
Taxa c/ benefício fiscal			13,25%	3 578 €
Taxa s/ benefício fiscal			22,14%	5 978 €

(\*) vendas coeficiente 0,15

- **Benefícios a nível da taxa do IRS**

## REGIME SIMPLIFICADO

### **Declaração de rendimentos modelo 3 – preenchimento anexo B** **Modelo Portaria n.º 39-B/2024, de 2/02**



4	RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)	
B	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS	VALOR
	Vendas de produtos com exceção das incluídas no campo 457	451 . . ,
	Prestações de serviços	452 . . ,
	Serviços prestados por sócios a sociedades onde detenham partes de capital ou direitos de voto, nas condições previstas nos n.ºs 1 e 2 da subalínea ii) da alínea g) do n.º 1 do art.º 31.º do CIRS	459 . . ,
	Rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos da Categoria B, rendimentos da propriedade intelectual, industrial ou prestação de informações, saldo positivo das mais e menos-valias e restantes incrementos patrimoniais	453 . . ,
	Resultado positivo de rendimentos prediais	454 . . ,
	Subsídios à exploração	455 . . ,
	Outros subsídios	456 . . ,
	Rendimentos decorrentes de vendas em explorações silvícolas plurianuais (art.º 59.º-D, n.º 1 do EBF)	457 . . ,
	Rendimentos de atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias não incluídos nos campos anteriores	458 . . ,
	SOMA	. . ,

- ***Benefícios a nível do Imposto Municipal sobre transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e de Imposto Selo***

*(n.º 2 do art.º 59.º-D – EBF).*

## Zona de Intervenção Florestal (ZIF)

Ficam isentas de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e de imposto do selo, as aquisições onerosas de prédios ou parte de prédios rústicos que correspondam a áreas florestais abrangidas por:

➡ Zona de intervenção florestal (ZIF), ou

➡ Prédios contíguos aos mesmos, na condição de estes serem abrangidos por uma ZIF num período de três anos contados a partir da data de aquisição.

- ***Benefícios a nível do Imposto Municipal sobre transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e de Imposto Selo***

**Circular 11/2015, de 6/10  
AT- procedimentos**

## **Isenções:**

**IMT** – Artigo 17.º Taxas: c) Aquisição de prédios rústicos - 5%.

**Verba 1.1 da tabela geral do imposto do selo** - Aquisição onerosa ou por doação do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito sobre imóveis, bem como a resolução, invalidade ou extinção, por mútuo consenso, dos respetivos contratos - sobre o valor aplica-se a taxa de 0,8%.



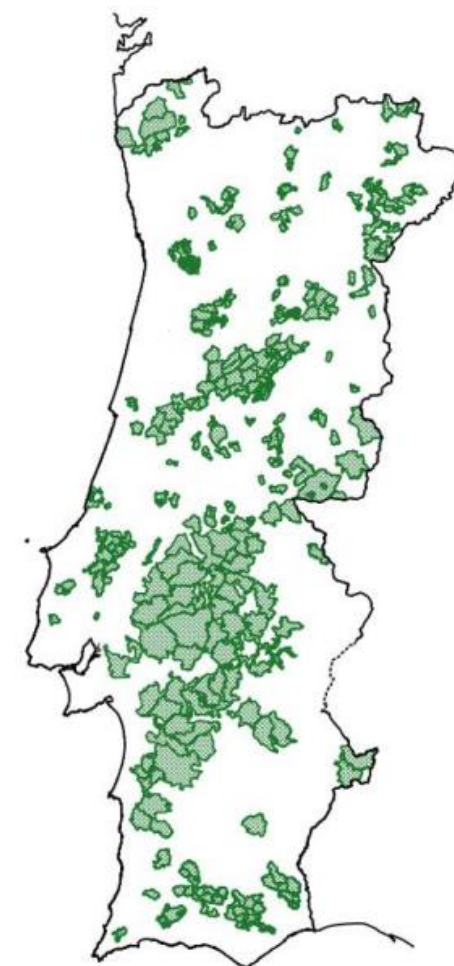
## Zona de Intervenção Florestal (ZIF)



Área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e que cumpre o estabelecido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DL n.º 127/2005, de 5/08)

Quadro 1 – Área e número de ZIF constituídas, por regiões, no final de 2023

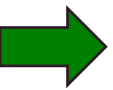
Região	Área (ha)	N.º
Norte	239 037	54
Centro	445 465	100
LVT	410 917	39
Alentejo	783 270	55
Algarve	101 579	28
<b>TOTAL</b>	<b>1 980 268</b>	<b>276</b>



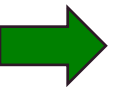
- ***Benefícios a nível do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)*** (n.º 7 a 11 do art.º 59.º-D – EBF)

**Circular 11/2015, de 6/10  
AT- procedimentos**

Ficam isentos de IMI os prédios rústicos:



Correspondam a terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, abrangidos por áreas florestais aderentes a Zona de Intervenção Florestal (ZIF); ou



Se destinem à exploração florestal, e que se encontrem submetidos a Plano de Gestão Florestal (PGF) elaborado, aprovado e executado.

- **Benefícios a nível da majoração gastos em IRC e IRS** (n.º12 a 15 do art.º 59.º-D – EBF).

Para efeitos de determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC e de IRS com contabilidade organizada que exerçam uma atividade económica de natureza silvícola ou florestal, **são consideradas em 140% do respetivo montante**, contabilizado como gasto do exercício:

As contribuições financeiras dos proprietários e produtores florestais aderentes a uma zona de intervenção florestal, destinadas ao fundo comum constituído pela respetiva entidade gestora, com o limite equivalente a 8/1000 do volume de negócios do exercício em que são realizadas.



**O limite previsto é apenas aplicável aos gastos que correspondam às contribuições financeiras - Despacho n.º 328/2019-XXI, do SEAF, de 18-07-2019**

- **Benefícios a nível da majoração gastos em IRC e IRS** (n.º12 do art.º 59.º-D – EBF).

**DESPEAS**

Operações de defesa da floresta conta incêndios

Elaboração de planos de gestão florestal

Certificação florestal

Mitigação ou adaptação florestal às alterações climáticas

**Portaria n.º 61/2019, de 14/02**

Os encargos devem constar na contabilidade em rubrica ou rubricas separadas de encargos da mesma natureza contabilística e fiscal, de modo a permitir um adequado apuramento e controlo do lucro tributável



- **Benefícios a nível da majoração gastos em IRC e IRS** (n.º12 do art.º 59.º-D – EBF)

## CONTABILIDADE ORGANIZADA - IRS

### Declaração de rendimentos modelo 3 – preenchimento anexo C Modelo Portaria n.º 39-B/2024, de 2/02



## A DEDUZIR AO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

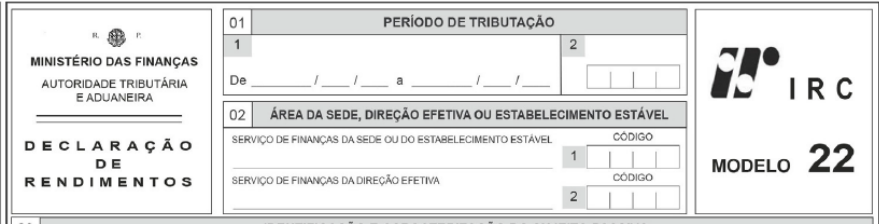
4	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território Português) (continuação)			
	Gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (majoração - art.º 59.º-D, n.ºs 12 e 13, do EBF)	475	.	.
	Gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com operações de defesa da floresta (majoração - art.º 59.º-D, n.º 12, do EBF)	476	.	.

Indicação 40%

- **Benefícios a nível da majoração gastos em IRC e IRS** (n.º12 do art.º 59.º-D – EBF)

CONTABILIDADE ORGANIZADA - IRC

**Declaração periódica de rendimentos modelo 22**  
**Despacho n.º 271/2024, de 12/01**



The image shows a thumbnail of the 'Declaração periódica de rendimentos modelo 22' (IRC Model 22). It includes the header with the Ministry of Finance and the title 'DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS'. The form is divided into sections for the tax period (PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO) and the taxpayer's details (ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTABELECIMENTO ESTÁVEL). It also features the IRC logo and the text 'MODELO 22'.

**A DEDUZIR AO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO – Quadro 07 – Modelo 22**

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)
	Benefícios fiscais
	774 . . ,

**Benefícios Fiscais– Quadro 04 – Anexo D / Modelo 22**

04	DEDUÇÕES AO RENDIMENTO (a deduzir no campo 774 do quadro 07 da declaração) (Cont.)
	NORMATIVO LEGAL
	DEDUÇÃO EFETUADA
	Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum e encargos com defesa da floresta (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)
	418 . . ,



The image shows a thumbnail of the 'Declaração periódica de rendimentos modelo 22' (IRC Model 22) Annex D. It includes the IRC logo and the text 'MODELO 22' and 'ANEXO D'.

**Indicação 40%**

- **Prémio primeira instalação jovens agricultores** (n.º16 do art.º 59.º-D – EBF)



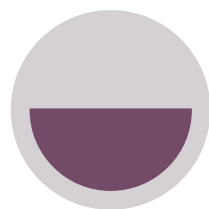
Aos prémios de primeira instalação a jovens agricultores é aplicado um coeficiente de 0,1.

Estes rendimentos são considerados apenas em 50 % quando abrangidos pelo regime da contabilidade organizada

Regime Simplificado IRS - Coeficientes			
Descrição	Base incidência anual	Coeficiente a aplicar	
		2023	2024
Vendas produtos agrícolas	Valor total faturado	0,15	0,15
Prestação serviços (1)	Valor total faturado	0,75	0,75
Subsídios Exploração	Valor total recebido	0,10	0,10
Subsídios ao investimento	1/5 do valor recebido durante 5 anos	0,30	0,30
Prémio jovem agricultor	1/5 do valor recebido durante 5 anos	0,30	0,10
Outras subvenções não destinadas à exploração	1/5 do valor recebido durante 5 anos	0,30	0,30
(1) Aplicável aos rendimentos de atividades profissionais tabela artigo 151.º CIRS. Às restantes prestações serviços, com exceção AL, aplica-se coeficiente 0,35			

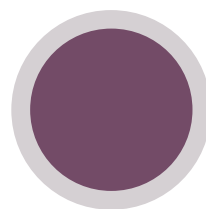
# ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

- **Artigo 59.º-G – Entidades de Gestão Florestal e Unidades de Gestão Florestal**



## Vigência

De  
01/01/2018  
a  
31/12/2023



## OE2024

Vigência até  
31/12/2024



Vigência do artigo 59.º-G é prorrogada até 31/12/2024, tendo em vista a sua revisão no quadro de avaliação de benefícios fiscais a realizar no ano de 2024 (artigo 319.º Lei OE2024).

# ENTIDADES DE GESTÃO FLORESTAL (EGF) E UNIDADES DE GESTÃO FLORESTAL (UGF)

## Regime jurídico reconhecimento

- Lei n.º111/2017, 19/12
- DL n.º66/2017, 12/06 (alterado lei n.º 111/2017)



## Lei n.º 111/2017, 19/12

- Artigo 9.º, n.º3
- Beneficiam de um regime específico de benefícios fiscais (EBF) e reduções emolumentares (Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado)

## Lei n.º 110/2017, 15/12

- EBF – altera artigo 59.º-D
- EBF – adita artigo 59.º-G – EGF e UGF
- Alteração do artigo 28.º isenções ao Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado

- **Isenção de IRC;**
- **Retenção fonte 10%;**
- **Isenção imposto selo;**
- **Isenção IMT;**
- **Redução 75% atos registo.**



OBRIGADA